



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002995-88.2010.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Marines Valério Ronquim e outros**  
 Embargado: **Petrol Fertilizantes Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O(a)s autor(a)es **Marines Valério Ronquim, Carlos Cesar Ronquim, Marco Antonio Valerio, Rosemary de Cassia Gregorio, Marcelo Valério, Andréa Cristina Lopes Valério**, ora embargantes, propuseram a presente ação contra o(a) ré(u) **Petrol Fertilizantes Ltda**, ora embargado, requerendo que seja reconhecida a impenhorabilidade do imóvel objeto matrícula 72.795, por ser bem de família.

O réu, ora embargado, pede a improcedência dos embargos.

Decisão saneadora de folhas 88.

É o relatório. Fundamento e decido.

O processo está pronto para sentença. As partes tiveram mais de uma oportunidade para juntada de documentos. A prova oral não é possível, porque os embargantes não apresentaram o rol de testemunhas na petição inicial, conforme exigência do caput do artigo 1.050 do CPC.

Improcede a tese de bem de família. Nenhum documento foi juntado na petição inicial a indicar que os embargantes possuem o domínio do imóvel.

Outrossim, os documentos juntados às folhas 148/153 não foram suficientes para caracterização do bem de família.

No mais, conforme muito bem observado pelo embargado, a penhora ocorreu há mais de 15 anos, ocasião em que os devedores somente alegaram excesso de penhora e excesso de execução.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o(a)sembargantes no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 3.000,00, ante o trabalho realizado nos autos, com atualização monetária desde a publicação da presente e juros de mora a contar do trânsito em julgado.

Por oportuno, revogo a decisão que determinou a suspensão dos atos de execução. Certifique-se na carta precatória em apenso. Prossiga no cumprimento da carta precatória. Comunique-se ao Juízo Deprecante.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 25 de junho de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**